BOM DIA FURG 16.09.1992

Bom dia, Rio Grande, 16 de outubro de 1992, os destaques no Bom Dia FURG desta sexta-feira. Uma entrevista com o representante da APTA FURG sobre a mobilização dos funcionários da FAERG, os funcionários do Hospital Universitário que devem iniciar greve na próxima segunda-feira. É o Bom Dia FURG, edição 403.

O professor Jorge Alexandre Silvestre, do Departamento de Medicina Interna da Universidade do Rio Grande, foi convidado a integrar a comissão julgadora do concurso para professor titular da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Esse concurso realiza-se hoje, dia 16, e o convite ao professor da FURG foi formulado pela professora doutora Tamara Ivanovitcham Tcharuno, diretora da Escola de Enfermagem da USP, após indicação feita pela congregação para constituir a banca julgadora. Nosso convidado no estúdio do Bom Dia FURG nesta sexta-feira é o José Flávio Aslan, que representa o Sintese, gestão sindical APTA FURG, e que vai nos falar a respeito do problema grave por que passam os funcionários do Hospital Universitário, que já anunciaram, inclusive, que podem começar uma greve na próxima segunda-feira.

Bom dia, José Flávio. Bom dia, André, bom dia, ouvintes da Rádio Universitária. O nível da situação do Hospital Universitário é caótico.

É uma situação que vem se arrastando ao longo do tempo, as dívidas crescendo, a irresponsabilidade do governo federal e do governo também federal e municipal com a saúde tão grande. Eu espero agora, com os novos ministros das áreas de saúde, previdência, educação, que isso se altere, mas a situação do hospital é sinistral. Os trabalhadores do hospital, até hoje, não receberam salários, receberam apenas um vale de 220 reais, no final da semana passada, e não tem perspectiva de quando receber o recente seu salário.

Nós temos companheiros que não têm condições de ocupar mais serviços para casa, de casa de serviço. Estão vindo a pé nesse trabalho de serviço. Não faz mais onde, porque o hospital não tem dinheiro para construir um vale tão forte pessoal.

E tem pessoas que estão escolhendo qual a recepção dos dias que vão fazer, porque não tem mais como fazer três, nem duas recepções em dia. Algumas estão tendo que optar, por exemplo, em fazer uma retenção ou dar a retenção para o filho. E a dívida salta aos novembros.

Após o pagamento de 500 e poucos milhões, a dívida de 300 e poucos milhões para o coletor, e a coisa vai se avolumando, vai se avolumando, vai se avolumando, e a situação é... Quantos funcionários estão nessas pessoas? Os funcionários do APAERG hoje estão em torno de 350, 370 funcionários que o APAERG tem hoje. Nós sabemos que alguns exercem outras atividades, além dali, que não estão necessitando tanto quanto outros do pagamento dos seus salários, que são outras atividades que podem ser utilizadas. Mas, mesmo assim, se as pessoas trabalharam, se as pessoas tivessem alguma competência, alguma qualidade que todos apanhassem, que

toda a população do Brasil apanhasse, não estão conseguindo.

Além do mais, o fato de ter que procurar o segundo emprego também, às vezes, pode fazer com que caia a qualidade. Exatamente. Dizem só.

As pessoas já recebem o salário baixo. Tem a necessidade de completar o seu orçamento ameaçado com um segundo emprego naquela hora. Então, se você está de folga num serviço, mas está trabalhando no outro, então não tem escolha.

Isso faz sem dúvida com a qualidade do serviço fechado. Nenhum dos dois serviços acaba com a mesma. Fora o estímulo por trabalhar, fechar um serviço de qualidade, você não recebe nenhuma contrapartida mínima e visória do seu emprego pessoal.

E não aceita também, para tentar solucionar algum problema administrativo, a direção dos salários da FAES está colocando algumas normas mais respectivas com relação a ponto de alguns problemas. A ponto. E isso é o que está causando uma revolta maior.

É só a incidência e o salário. E o retorno. E o retorno.

O que mais cai nesse negócio? E a situação está impossível de controlar. A Assembleia foi realizada. Na quarta-feira, nós conseguimos tirar uma posição ultimamente madura do pessoal.

O pessoal entendeu que não é possível parar total o hospital. O pessoal é totalmente insistido em uma marcação de consultos. Não pode ser consultamente, é caso de urgência.

Se vão fazer paralisações diárias. Duas horas, três horas, ou um turno, cada dia. Com a Assembleia, com o ato público.

Tem partido que fez uma caravana para ir até Lodas, que é a nossa funcionária, que é a FIA Regional de Saúde. E eliminam os companheiros da FAO, que também estão em situação semelhante. Os companheiros da FAO consentiram que os índios emitam 40% do seu salário para que a FAO estivesse fôlego.

Mas algum setor, os médicos não aceitam. Os médicos, em série de evidências, permitam que a FAO consente. Os funcionários da FAO foram eles que feitaram o prédio, que deram reformas no prédio.

Um outro contratador mandou a banheira para poder manter. E nós vamos pegar aqui uma solução. É isso.

A FAO é o Hospital Fundação... É a Fundação de Apoio Hospital. A FAO tem a maioria da mão de obra dentro do hospital, como aqui a FAER, que tem a maioria da mão de obra no hospital. Sim.

Bom, então, essa Assembleia deliberou pelo Instativo Igreja, na segunda-feira. O Instativo Igreja,

na verdade, nós estamos enviando hoje a comunicação oficial à direção do hospital, à direção da FAER, que decorre um prazo legal, cerca de duas horas, para instalar um modelo de léguas em um hospital de saúde. Procurando todos os tipos de prazos legais, para evitar qualquer tipo de tentativa de desescalha.

Não são 11 meses. É a via inicial, sabe? Que impunha esses prazos, garantindo atendimento de urgência, garantindo atendimento daqueles pacientes que estão hospitalizados, todo o resto pode parar. Só que nós fomos conscientes disso.

Os dinheiros que eles ganham, eles vêm para a FAER, eles vêm no atendimento que é prestado, e no retorno que o iminente, o INSS, agora deveria, deveria fazer. Não faz. Não faz.

Quando faz, faz com atraso. E tem dívidas de agosto que não foram pagas. Sim.

E a situação é essa. O pessoal teve a consciência de paralisar parcialmente, de fazer essas paralisações meio turno, algumas horas de cara turno, algumas horas por dia. Se deveria fazer 1G a semana, fazer paralisação total, sem matrização de consulta, sem nada, só para poder fazer uma pressão maior.

Mas não é tão fórmula que o pessoal vai fazer isso. É possível que daqui a pouco as pessoas não consigam chegar no trabalho porque não tem como se transportar. Como se transportar.

Ou vão ter que se descarregar para fazer o trabalho, para conseguir fazer algum descarte, alguma coisa, para o parô. José Flávio, antes da Assembleia, houve um contato com a direção do hospital. Certo? Nesse contato, o doutor Alistair, que é o diretor-geral do hospital, colocou alguma solução em curto prazo, alguma coisa? Na verdade, o contato que a gente faz, digamos porque é mais do que uma féria, que é a que a gente faz.

Sim. E o professor Eugênio Guedes, ele falou, ele esteve em uma outra Assembleia, ele esteve com a gente e falou assim, olha, eu não tenho decidência, nem que o governo não mandou o dinheiro, não tem onde tirar esse dinheiro, não é impossível fazer um empréstimo bancário, se a FAER não tem patrimônio, a FAER tem patrimônio em todos os hospitales da universidade. Se a FAER conseguiu um empréstimo bancário, os diretores da FAER, eles teriam que ter os seus dedos no chão, e pagar por isso mesmo assim.

Eu não acredito que o governo estregue a FAER e consiga um patrimônio que garante o empréstimo financeiro. Pra pagar por isso, pagamento. Só falando em pagamento, fora as dívidas.

Fora as dívidas, fora os fornecedores, fora a alimentação que se inserte nos pacientes. A gente sabe que essa é uma situação que está generalizada pelos hospitais do Rio Grande do Sul. Há pouco tempo a dívida, provavelmente a dívida de um empréstimo com os hospitais da UFES está em torno de R$ 150 bilhões.

Quando esse dinheiro vai chegar, as pessoas não conseguem mais trabalhar. E uma coisa tem que ser clara, também existe uma parcela de responsabilidade, a Prefeitura Municipal tem que se posicionar, tem que dar um serviço de farmacêutico, porque são os cidadãos do município que vão ficar com o atendimento de saúde. Volta a questão da municipalização da saúde.

Exato, a municipalização da saúde foi feita, mas os grupos estão concentrados no governo federal, mas de alguma forma a Prefeitura tem que se posicionar, tem que intervir, e de alguma forma assistir. Nós vamos buscar também o contato com o prefeito atual, com o prefeito eleito. Nós vamos buscar contato com a Câmara de Vereadores, nós vamos buscar contato com a atual administração da universidade, com a futura administração da universidade, com os deputados federal e estadual, com eleitos federais, e também da região sul, vamos buscar esse contato, e de alguma forma tornarmos independentes, porque não dá mais pra ficar tão parecido.

Está se arrastando o problema, está se arrastando e voltam. Exato, nós vamos tentar, vamos entrar em contato também com os municípios da área, porque nós temos uma companheira ali, amanhã, no final de semana, estamos pensando em conseguir me dar audiência, na tentativa de colocar a situação, e tentar realizar o mais rapidinho possível, e não ter parte de zero, porque a situação de paralisação temporária, não vai se tornar muito tempo. Daqui a pouco, talvez semana que vem, se esse problema não for solucionado, que consiga se manter a paralisação temporária, mas depois não vai ser muito tempo.

O pessoal vai parar mesmo, se beneficiar ou atender. Vamos colocar para a população, como é que vai ser mesmo, esse movimento que pode iniciar na segunda-feira? Para que serviço? Segunda-feira nós temos uma assembleia geral, marcada de cera à manhã, nós vamos ter às oito horas da manhã, nós vamos ver se existe um mundo que nós vamos dar esse movimento. Serviços que param, que nesse momento de atendimento, param todos os serviços que não seriam utilizados diretamente ou patente.

Se existe um patente, que vai ter atendimento médio, atendimento de intermagem, se é necessário alguns gramas de vigência, naquele momento, esses serviços de vigência não param nunca. Os serviços que param nesse momento, são serviços de empresas, serviços administrativos, serviços de agendamento, consultas, serviços que não são feitos em outro momento, seriam serviços de paralisação. No outro turno, seriam serviços que voltam aos funcionários normalmente.

Há tentativas que dizem mostrar para a humanidade que os funcionários do hospital estão preocupados também com a saúde pública, não só com o pessoal, mas com a saúde pública também, eles não querem parar de atendimento, só que estão tendo uma situação insustentável e vão ter que parar daqui a pouco e vão ter que tirar o tratamento. E vai ser insustentável para eles sobreviver da forma como estão sendo tratados pelo governo federal. Nós nos lamentamos demais, lamentamos, só espero que a gente venha aqui na rádio para falar do hospital, falar dos problemas do hospital, problemas do hospital, problemas do hospital.

Espero que seguramente a gente possa aqui falar da qualidade dos serviços, da extensão e outras coisas que nós estamos levando a caminho. Para este curso que custa 15 mil cruzeiros para o fornecimento especificado e será realizado de 4 de novembro a 9 de dezembro às segundas, terças e sextas-feiras das 18 horas e 30 minutos às 21h30 no Campo Cidade da FURG. O Bom Dia FURG deve voltar na próxima segunda-feira.

Até lá!